



# NEEC

NÚCLEO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS  
CORECON-SP

**Fiscalismo Midiático e a Naturalização dos Juros Altos**

**Nº 01**

**SÃO PAULO, JUNHO DE 2026**

## Disclaimer

Este Texto para Discussão (TD) foi elaborado no âmbito do Núcleo de Estudos Estratégicos do CORECON-SP, iniciativa voltada à produção de conhecimento, ao aprofundamento da reflexão econômica e à ampliação do debate público sobre temas relevantes para o desenvolvimento brasileiro.

As análises, interpretações e conclusões apresentadas neste documento são de responsabilidade de seus autores e não representam, necessariamente, posicionamento institucional do Conselho Regional de Economia da 2ª Região – São Paulo (CORECON-SP) ou de seu Plenário.

O Núcleo de Estudos Estratégicos é composto por economistas com experiência acadêmica e profissional reconhecida, nomeados pela Presidência do CORECON-SP, reunindo diferentes especialidades e correntes de pensamento econômico. Seus trabalhos têm caráter analítico e propositivo, buscando contribuir para o debate técnico qualificado e para a formulação de alternativas relacionadas aos desafios econômicos nacionais e internacionais.

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	pág.1
RESUMO EXECUTIVO.....	pág.3
PROBLEMATIZAÇÃO.....	pág.5
FISCALISMO MUDIÁTICO BRASILEIRO: O QUE ELE MOSTRA E O QUE OCULTA.....	pág.10
CONSIDERAÇÕES.....	pág.19
REFERÊNCIAS.....	pág.21
APÊNDICE.....	pág.23

# APRESENTAÇÃO

O presente Texto para Discussão (TD) integra as atividades do recém-instituído Núcleo de Estudos Estratégicos do CORECON-SP (NEEC) e busca, nesta oportunidade, analisar a centralidade assumida pela questão fiscal no debate econômico brasileiro contemporâneo, especialmente a incidência e a predominância discursiva atribuídas ao conceito de resultado primário em comparação a outros indicadores fiscais relevantes, como o resultado nominal e o custo financeiro da dívida pública.

Importante dizer: esse é um TD de economistas para a sociedade, não exclusivamente para os pares, portanto, a linguagem busca chegar aos diferentes atores, estimulando a reflexão crítica dos leitores. O trabalho parte da hipótese de que o debate econômico não se estrutura apenas a partir de variáveis técnicas ou evidências objetivas, mas também por meio de processos de enquadramento discursivo, proeminência temática e construção simbólica das prioridades econômicas. Nesse contexto, a frequência com que determinados conceitos fiscais aparecem no noticiário econômico tende a influenciar a percepção social acerca dos problemas considerados centrais para a economia brasileira.

A pesquisa articula contribuições da economia política, da sociologia da mídia, da psicologia social e da macroeconomia contemporânea, dialogando com autores como Pierre Bourdieu, Noam Chomsky, Daniel Kahneman, Elliot Aronson, Clara Mattei, André Lara Resende, Stephanie Kelton, Juliane Furno e Pedro Rossi. Ao mesmo tempo, busca incorporar dimensão empírica exploratória ao debate, por meio da análise de recorrência lexical em veículos de comunicação, comparação internacional de enquadramentos fiscais, séries históricas de resultado primário, resultado nominal e taxa SELIC, além de exercícios exploratórios de correlação e causalidade temporal.

Cabe registrar que a seleção bibliográfica adotada neste TD decorre diretamente de seu objeto de investigação. Como a literatura convencional sobre credibilidade fiscal, sustentabilidade da dívida, disciplina orçamentária e regras fiscais já ocupa posição amplamente predominante tanto na cobertura econômica quanto em parcela expressiva da produção acadêmica e institucional brasileira, o presente estudo optou por privilegiar contribuições voltadas à análise dos mecanismos de formação de consenso, enquadramento discursivo, saliência temática, economia política da informação e construção social das narrativas econômicas. Não se trata, portanto, de negar a relevância da literatura convencional, mas de mobilizar referenciais teóricos mais adequados para examinar dimensões que, justamente por sua menor presença relativa no debate econômico corrente, tendem a receber atenção reduzida.

O objetivo do estudo, portanto, não consiste em negar a relevância da política fiscal, tampouco defender interpretações simplificadoras acerca da dinâmica macroeconômica brasileira. Busca-se, sobretudo, ampliar a pluralidade interpretativa do debate público, evidenciando que a dinâmica dos juros, da dívida pública e das contas governamentais envolve fatores mais complexos do que aqueles normalmente apresentados de forma cotidiana no noticiário econômico.

O ponto central, portanto, não reside apenas naquilo que é dito, mas também na forma como determinados conceitos econômicos são selecionados, apresentados, enquadrados e reiterados no espaço público.

As análises quantitativas apresentadas possuem caráter exploratório e interpretativo, não constituindo modelos econométricos estruturais de identificação causal. Seus resultados devem ser compreendidos como instrumentos complementares de reflexão acerca da dinâmica fiscal brasileira e da construção discursiva do debate econômico contemporâneo. Mais do que uma discussão estritamente técnica, o debate fiscal envolve também disputas simbólicas acerca da definição dos problemas considerados prioritários na esfera pública. A forma como determinados indicadores econômicos são reiterados, hierarquizados e enquadrados influencia não apenas a percepção social sobre as contas públicas, mas também os limites imaginados para a própria atuação do Estado no desenvolvimento econômico e na redução das desigualdades sociais e regionais previstas no artigo 3º da Constituição Federal de 1988.

---

**HAROLDO DA SILVA**  
PRESIDENTE DO CORECON-SP

# Resumo Executivo

1. O debate econômico brasileiro contemporâneo passou a ser marcado pela presença reiterada de expressões associadas ao campo fiscal, especialmente no jornalismo econômico especializado. Termos como “resultado primário”, “risco fiscal”, “trajetória da dívida”, “arcabouço fiscal” e “desancoragem das expectativas” tornaram-se elementos centrais da interpretação cotidiana da economia nacional. Este TD parte da hipótese de que a repetição sistemática dessas categorias contribui para ativar mecanismos heurísticos da disponibilidade, ampliando cognitivamente o protagonismo do problema fiscal no debate público e reforçando a percepção de inevitabilidade da austeridade e dos juros elevados.

2. Com base em autores da psicologia social, da sociologia da mídia e da economia política (como Daniel Kahneman, Elliot Aronson, Pierre Bourdieu, Francisco Fonseca, Noam Chomsky, Clara Mattei, Antonio Corrêa de Lacerda, André Lara Resende, Stephanie Kelton, Juliane Furno e Pedro Rossi) o estudo investiga como estruturas discursivas recorrentes podem influenciar a percepção coletiva da realidade econômica, a hierarquização dos problemas considerados prioritários e os próprios limites imaginados para a atuação do Estado.

3. O TD também diferencia os conceitos de resultado primário, resultado fiscal e resultado nominal, demonstrando que, esse último, o indicador que incorpora os juros da dívida pública, possui visibilidade significativamente inferior nos principais veículos analisados. A partir de estimativas de repetição lexical realizadas nos jornais Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo, Valor Econômico e na revista CartaCapital, observou-se que a expressão “resultado nominal” aparece, em média, apenas uma vez para cada quatro menções ao “resultado primário” nos grandes jornais brasileiros. Na revista, é diferente, pois mais do que dobra. De outro lado, no Financial Times e na The Economist a discussão incorpora frequentemente o custo financeiro da dívida pública e os juros aparecem de forma mais integrada à discussão fiscal.

4. O estudo também incorpora análise qualitativa exemplificativa de manchetes e enquadramentos jornalísticos, evidenciando relativa convergência discursiva entre os grandes jornais econômicos/generalistas e diferenças relevantes em relação à abordagem da revista, para o caso brasileiro. O TD também incorpora evidências quantitativas exploratórias, incluindo séries históricas de resultado primário, resultado nominal e taxa SELIC entre 2000 e 2025, além de análises de correlação linear e causalidade temporal entre a política fiscal e os juros, buscando ampliar a dimensão empírica do debate.

5. O estudo argumenta que essa assimetria discursiva tende a reduzir a inteligibilidade pública acerca do peso estrutural da remuneração financeira da dívida pública, dos efeitos distributivos dos juros elevados e das implicações macroeconômicas associadas ao baixo investimento público e à austeridade permanente. Não se pretende questionar a relevância da estabilidade macroeconômica ou propor alterações arbitrárias nos conceitos fiscais consolidados. O objetivo central é chamar atenção para a necessidade de maior proporcionalidade analítica, multiplicidade de abordagens, transparência conceitual e diversidade de abordagens no debate econômico brasileiro. O problema não reside apenas naquilo que é dito, mas na forma como determinados conceitos econômicos são selecionados.

6. Os resultados sugerem que a predominância conferida ao resultado primário no debate econômico brasileiro não decorre apenas de sua relevância técnica, mas também de processos de proeminência temática<sup>1</sup> e enquadramento discursivo relativamente estáveis. Ao mesmo tempo, as evidências exploratórias apresentadas indicam que a dinâmica dos juros e do resultado nominal brasileiro envolve fatores mais complexos do que a simples evolução do esforço fiscal primário isoladamente.

7. Sustenta-se, ainda, que a repetição massiva do léxico fiscal no noticiário econômico contribui para contornar o custo e os beneficiários dos serviços da dívida, fazendo com que determinadas interpretações econômicas passem gradualmente a ser percebidas não apenas como plausíveis, mas como inevitáveis. Nesse sentido, fortalecer espaços institucionais capazes de promover reflexão econômica plural, interdisciplinar e tecnicamente qualificada torna-se elemento estratégico para o aprofundamento democrático do debate público nacional. Essa é uma das missões do Corecon-SP.

---

<sup>1</sup> Saliência temática é o grau de destaque, centralidade ou visibilidade que um tema adquire no debate público, na mídia ou na percepção social.

# Problematização

O debate econômico brasileiro contemporâneo passou a ser marcado pela insistência discursiva intensa de expressões relacionadas ao campo fiscal. “E o fiscal?”, questionam todos, ad nauseam. Termos como “resultado primário”, “risco fiscal”, “trajetória da dívida”, “arcabouço fiscal”, “desancoragem das expectativas”, “ajuste fiscal” e, carregados de semântica negativa, “rombo nas contas públicas”, “buraco fiscal” ou “deterioração fiscal” tornaram-se parte cotidiana do vocabulário jornalístico, especialmente nos veículos especializados em economia.

Mais do que simples terminologia técnica, esse léxico parece exercer papel relevante na formação da percepção social acerca da economia brasileira, particularmente no que se refere à legitimidade de políticas monetárias restritivas e juros estruturalmente elevados. Como se pode notar, aquilo que chega à sociedade em termos econômicos resulta de processos de seleção, hierarquização e enquadramento temático.

A frequência com que determinados termos aparecem contribui para ampliar sua saliência no debate público. Como observa Da Empoli (2020), narrativas estruturadas em torno do medo, da insegurança, da urgência e da sensação permanente de ameaça tendem a ocupar posição privilegiada na disputa pela atenção pública. No debate econômico brasileiro, a presença constante de expressões como “rombo fiscal”, “crise das contas públicas” ou “risco fiscal” parece operar de maneira semelhante, buscando despertar preocupação, apreensão e temor em relação às finanças públicas. Com isso, amplia-se cognitivamente a percepção de urgência associada ao problema fiscal e reforça-se sua posição dominante no imaginário econômico coletivo.

A hipótese fundamental deste TD é que a repetição sistemática de expressões ligadas ao risco fiscal no jornalismo econômico brasileiro contribui para ativar mecanismos heurísticos da disponibilidade, ampliando cognitivamente a hierarquização temática do problema fiscal e reforçando a percepção de inevitabilidade dos juros altos. Mas, o que seria a heurística da disponibilidade? Exemplo: quem assiste muitos programas de telejornalismo policiais, como “Datena”, fica mais temeroso do que a média da população, em relação à elevada taxa de criminalidade. Não é que ela inexistia, mas, a percepção da realidade é alterada; superestimada.

A heurística da disponibilidade é a tendência a predizer a probabilidade de um evento, ou a julgar seu grau de risco, com base na facilidade de trazer à memória de um evento, ou a julgar seu grau de risco, com base na facilidade de trazer à mente exemplos específicos (ARONSON, 2023, p. 70). Igualmente, se a mensagem que se recebe, frequentemente, é a de que o governo gasta muito e mal e, por isso, o déficit público aumenta, essa mensagem passa a ser acessível imediatamente à memória e nem se questiona mais o tipo de gasto, nem a origem ou a composição do déficit.

Não importa se o dispêndio público cresceu, por exemplo, para trazer ganhos reais ao salário-mínimo que é recebido por quase 22 milhões de aposentados ou pensionistas. O que conta, no discurso propagado, é que essa política de mitigação das desigualdades é insustentável. Assume-se esse argumento como verdade absoluta, ou doxa, numa linguagem bourdiana.

E, quando, mais estamos familiarizados com uma frase ou ideia, mais ela fica disponível para nós. O simples fato de ouvirmos uma frase ser repetida inúmeras vezes – mesmo que seja a mentira mais deslavada – torna-a mais familiar para as pessoas, aumentando sua crença de que, se é familiar, deve ser verdade (ARONSON, 2023, p. 71). [Grifamos].

A recorrente analogia entre o orçamento público e o orçamento doméstico constitui exemplo relevante de simplificação heurística aplicada ao debate econômico. Embora aparentemente facilite cognitivamente a compreensão do tema para o público em geral, a comparação parte de premissas estruturalmente incorretas e, assim, tende a obscurecer diferenças estruturais fundamentais, uma vez que Estados nacionais possuem capacidades institucionais, monetárias, tributárias e anticíclicas inexistentes em unidades familiares.

Em linha semelhante, Stephanie Kelton sustenta que grande parte do debate público contemporâneo sobre déficit público permanece aprisionada a analogias inadequadas entre o orçamento estatal e o orçamento doméstico. Segundo a autora, Estados emissores de moeda soberana operam sob restrições substancialmente distintas das famílias, de modo que o verdadeiro limite do gasto público não reside exclusivamente no déficit financeiro, mas nas capacidades produtivas, inflacionárias e estruturais da economia (KELTON, 2021).

Cumprir diferenciar: as famílias não emitem moeda, arrecadam tributos, operam política monetária, possuem capacidade anticíclica, influenciam a demanda agregada, tampouco possuem horizonte intergeracional equivalente ao Estado. Corroborar essa tese, a crítica à analogia recorrente entre orçamento público e orçamento doméstico, feita por Antonio Corrêa de Lacerda, que argumenta que o Estado possui funções macroeconômicas, instrumentos institucionais e capacidade de investimento estrutural incomparáveis às unidades familiares (LACERDA, 2024).

Clara E. Mattei, por sua vez, advoga que a austeridade historicamente foi apresentada como racionalidade técnica neutra, quando, na realidade, envolve escolhas distributivas e mecanismos de disciplinamento econômico e social. Segundo a autora, políticas de austeridade

frequentemente operam não apenas para estabilizar variáveis macroeconômicas, mas também para preservar determinadas estruturas de poder econômico. Ao se referir aos “especialistas econômicos”, em pleno regime fascista, e à sua ancoragem teórica à “economia pura”, compreendida como uma escola de economia como lei natural alinhada à austeridade, diz: O que suas histórias deixam claro e que permanece verdade hoje é que, para persistir, a austeridade precisa de especialistas dispostos a falar suas virtudes (MATTEI, 2023, p. 27).

**As verdades são ilusões que esquecemos serem ilusões, disse Nietzsche. Algo muito oportuno para parcela da mídia e seus analistas que comparam o orçamento de uma família ao do Estado. Ainda assim, justamente por sua simplicidade intuitiva, tal analogia tende a produzir forte aderência cognitiva e emocional, reforçando percepções de inevitabilidade do ajuste fiscal permanente e da compressão do gasto público.**

Com efeito, o discurso econômico recorrente, e que tem espaço nos meios tradicionais de comunicação, que seleciona cuidadosamente seus interlocutores, contribui para a formação de consensos, sem que haja o consenso real. Sob essa perspectiva, o problema não reside apenas na conclusão obtida, mas no próprio enquadramento inicial da questão econômica.

Quando o debate parte reiteradamente de premissas simplificadoras específicas, determinadas conclusões passam a parecer não apenas plausíveis, mas praticamente inexoráveis. Não se trata aqui de sustentar uma teoria conspiratória ou afirmar coordenação deliberada entre agentes de mídia e parte do mercado financeiro, mas de compreender como estruturas discursivas recorrentes moldam percepções coletivas, prioridades econômicas e formas de interpretação da realidade. O discurso liberalizante domina a mídia tradicional, faz anos. Ao espriar os valores liberais, mesmo que por interesses

vinculados eminentemente à sua classe, contribuiria para consolidar o capitalismo. Na “guerra de trincheiras”, em que o jornal [O Estado de São Paulo] se encontra envolvido, a classe média seria um posto avançado (FONSECA, 2005, p.192). O fato é que a mídia pode até não dizer exatamente às pessoas “o que pensar”, mas influencia fortemente “sobre o que pensar” (MACCOMBS; SHAW, 1972).

Essa dinâmica pode ser observada não apenas na frequência de determinados conceitos fiscais, mas também na própria forma de enquadramento das manchetes econômicas, cujos focos temáticos revelam padrões relativamente estáveis de interpretação da realidade fiscal brasileira.

A chamada heurística da disponibilidade foi desenvolvida também por Amos Tversky e Daniel Kahneman e consiste na tendência humana de avaliar a importância ou probabilidade de um fenômeno com base na facilidade com que exemplos relacionados são recuperados pela memória. Kahneman afirma que: as pessoas avaliam a frequência de uma classe ou a probabilidade de um evento pela facilidade com que exemplos vêm à mente, (KAHNEMAN, 2012, p. 129).

**Assim, fenômenos constantemente expostos tendem a parecer mais frequentes, mais perigosos e mais relevantes. Funciona assim na percepção do aumento da criminalidade, como também dos riscos e consequências nefastas do déficit público, seja ele qual for e com qualquer composição.**

Nesse contexto, Elliot Aronson, em O Animal Social, destaca que: as pessoas respondem não simplesmente à realidade objetiva, mas à sua percepção da realidade, (ARONSON, 2023, p. 37). Quando expressões relacionadas ao desequilíbrio fiscal aparecem diariamente em manchetes, editoriais, entrevistas e análises econômicas, aumenta-se sua disponibilidade cognitiva.

Em consequência, amplia-se também a percepção subjetiva de ameaça fiscal, tornando mais natural à associação entre gasto público, inflação, descontrole econômico e necessidade de juros elevados. Esse processo produz efeito particularmente relevante nas democracias contemporâneas: determinadas interpretações econômicas deixam gradualmente de ser percebidas como posições teóricas específicas e passam a adquirir aparência de racionalidade técnica universal.

O debate público desloca-se, então, da discussão sobre alternativas econômicas para a mera administração dos limites previamente definidos como aceitáveis. Nesse ambiente discursivo, escolhas associadas à austeridade, à compressão do gasto público e à manutenção de juros elevados tendem a ser apresentadas menos como opções políticas sujeitas à controvérsia democrática e mais como exigências incontornáveis da própria realidade econômica.

Em direção semelhante, André Lara Resende pondera que parte relevante da macroeconomia contemporânea permanece ancorada em pressupostos excessivamente rígidos acerca da moeda, da dívida pública e da dinâmica dos juros. Para o autor, determinadas interpretações econômicas transformaram-se em verdadeira “camisa de força ideológica”, limitando o espaço para abordagens alternativas de política econômica e reduzindo a complexidade do debate macroeconômico brasileiro (RESENDE, 2024; 2025).

**A mídia, portanto, não apenas informa fatos econômicos, mas também hierarquiza problemas, define prioridades e estabelece os limites do debate considerado legítimo.**

Desta forma, variáveis associadas ao fiscalismo ganham prioridade sobre temas como produtividade, transformação produtiva, política industrial, complexidade econômica, investimento produtivo, soberania, desenvolvimento tecnológico ou mesmo a proteção à primeira infância. O problema quase que único passa a ser o “fiscal”. A discussão torna-se ainda mais relevante quando associada ao papel da mídia na construção de consensos econômicos. Em Consenso Forjado, Francisco Fonseca demonstra como os grandes jornais brasileiros desempenharam papel decisivo na legitimação do ideário neoliberal durante as décadas de 1980 e 1990.

O autor sustenta que: os meios de comunicação atuam como agentes políticos fundamentais na produção de consensos, (FONSECA, 2005, p. 19). A ação involuntária de tomar a aparência pela verdade não ocorre apenas entre leigos. Empresários, investidores, jornalistas, formuladores de política econômica e até economistas estão sujeitos à influência dos mesmos mecanismos cognitivos. A recorrência lexical tende a produzir saliência temática, isto é, determinados assuntos passam a ocupar posição dominante na organização simbólica da realidade econômica.

Esse processo produz efeito particularmente relevante nas democracias contemporâneas: determinadas interpretações econômicas deixam gradualmente de ser percebidas como posições teóricas específicas e passam a adquirir aparência de racionalidade técnica universal. O debate público desloca-se, então, da discussão sobre alternativas econômicas para a mera administração dos limites previamente definidos como aceitáveis. Nesse ambiente discursivo, escolhas associadas à austeridade, à compressão do gasto público e à manutenção de juros elevados tendem a ser apresentadas menos como opções políticas sujeitas à controvérsia democrática e mais como exigências incontornáveis da própria realidade econômica.

Em linha semelhante ao conceito de “manufacturing consent” desenvolvido por Herman e Chomsky, a incidência sistemática do léxico fiscal contribui para produzir ambiente discursivo no qual determinadas escolhas econômicas passam a ser percebidas como imperativas, técnicas e consensuais (HERMAN, CHOMSKY, 1988).

No caso brasileiro contemporâneo, o enquadramento fiscal aparece frequentemente como linguagem técnica neutra e universal, reduzindo o espaço para abordagens alternativas de política econômica. Contrariar a corrente dominante pode acarretar prejuízos à reputação. Pierre Bourdieu também oferece contribuição **importante para essa análise. Em O Poder Simbólico, o sociólogo afirma que “o poder simbólico é um poder invisível” (BOURDIEU, 1989, p. 7).**

Já em Sobre a Televisão, argumenta que os meios de comunicação tendem a impor “óculos especiais a partir dos quais veem-se certas coisas e não outras” (BOURDIEU, 1997, p. 25).

Assim, o vocabulário econômico associado ao mercado financeiro tende a apresentar-se como racionalidade objetiva, despolitizando escolhas econômicas que, em essência, envolvem disputas distributivas e prioridades sociais. Como se pode notar, aquilo que chega à sociedade em termos de informação econômica não corresponde à totalidade das interpretações possíveis da realidade, mas a um recorte discursivo previamente estruturado, selecionado e hierarquizado.

A frequência elevada com que determinados termos são apresentados ao público dificilmente é neutra ou aleatória. A hipótese aqui sustentada é a de que, no tratamento das questões fiscais, há uma tendência de enfatizar continuamente os riscos associados ao gasto público e ao desequilíbrio das contas do Estado, ao mesmo tempo em que se naturaliza a ideia de inevitabilidade dos juros elevados.

### **Em contrapartida, o peso estrutural da remuneração financeira da dívida pública (e seus efeitos distributivos regressivos) tende a ocupar espaços significativamente menores no ambiente informacional.**

O ponto central, portanto, não reside apenas naquilo que é dito, mas também na forma como determinados conceitos econômicos são selecionados, apresentados, enquadrados e reiterados no espaço público. Mas como esse processo se manifesta concretamente no debate fiscal brasileiro e internacional? É isso que a próxima seção buscará responder.

# Fiscalismo midiático brasileiro: o que ele mostra e o que oculta

Embora frequentemente utilizados como sinônimos no debate macroeconômico, os conceitos de resultado primário, resultado fiscal e resultado nominal possuem diferenças substantivas, especialmente no que se refere ao papel dos juros da dívida pública.

Essa confusão é útil, em muitas oportunidades, sobretudo quando esclarecer poderia impactar na percepção social predominante da “multidão”; o equivalente a uma pluralidade de indivíduos diferentes que conseguem agir coletivamente sem perder suas singularidades (HARDT; NEGRI, 2005).

A repetição e a relevância atribuídas ao resultado primário no debate econômico brasileiro suscitam também uma questão comparativa relevante: de que maneira a temática fiscal é abordada em periódicos econômicos internacionais de referência?

Embora existam diferenças institucionais, monetárias e históricas entre os países, a comparação com veículos como o Financial Times e a revista The Economist permite observar diferenças importantes de enquadramento discursivo, especialmente quanto ao espaço conferido aos juros, ao resultado nominal, ao endividamento público e aos efeitos macroeconômicos associados à política monetária.

**BOX 1 O FISCALISMO BRASILEIRO EM PERSPECTIVA COMPARADA**

Diferentemente do debate econômico brasileiro, no qual a noção de “resultado primário” ocupa posição central no noticiário econômico e no discurso fiscal cotidiano, veículos internacionais como *Financial Times* e *The Economist* tendem a utilizar categorias mais amplas, nas quais o custo financeiro da dívida e os juros aparecem de forma mais integrada à discussão fiscal.

NO BRASIL	FINANCIAL TIMES	THE ECONOMIST
<p><b>Foco predominante:</b> <b>RESULTADO PRIMÁRIO</b></p> <p><b>Termos mais recorrentes:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Déficit primário</li><li>• Resultado primário</li><li>• Meta fiscal</li><li>• Ajuste fiscal</li><li>• Arcabouço fiscal</li></ul> <p><b>Características do enquadramento:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Exclui os juros da dívida pública.</li><li>• Simplifica a complexidade fiscal.</li><li>• Amplia a percepção de risco e inevitabilidade da austeridade.</li><li>• Favorece a centralidade do problema fiscal no debate público.</li></ul>	<p><b>Termos mais utilizados:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Fiscal deficit</li><li>• Budget balance</li><li>• Public finances</li><li>• Borrowing costs</li><li>• Debt servicing costs</li><li>• Public debt</li></ul> <p><b>Características do enquadramento:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Integra juros, dívida, crescimento e inflação à análise fiscal.</li><li>• Considera o custo da dívida e a sustentabilidade dinâmica.</li><li>• Enfatiza riscos macroeconômicos mais amplos.</li><li>• Abordagem mais analítica e multidimensional.</li></ul>	<p><b>Termos mais utilizados:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Fiscal deficit</li><li>• Public borrowing</li><li>• Budget deficit</li><li>• Government borrowing</li><li>• Debt burden</li><li>• Debt servicing</li></ul> <p><b>Características do enquadramento:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Incorpora explicitamente o custo dos juros e o serviço da dívida.</li><li>• Relaciona política fiscal a produtividade e crescimento.</li><li>• Foco em sustentabilidade fiscal de médio e longo prazo.</li><li>• Discussão integrada entre finanças públicas e condições macro globais.</li></ul>

Fonte: elaboração própria.

**IDEIA CENTRAL** Enquanto o debate brasileiro privilegia o “resultado primário”, veículos internacionais tendem a adotar uma visão mais abrangente, na qual os juros e o custo da dívida são componentes inevitáveis da análise fiscal e econômica.

Isso ajuda a explicar a diferença de saliência, enquadramento e percepção sobre o que é (ou não) o “problema fiscal”.

O chamado resultado primário corresponde à diferença entre receitas e despesas do setor público antes do pagamento de juros da dívida. Trata-se do principal indicador utilizado, no Brasil, pelo mercado financeiro e pelo próprio arcabouço fiscal brasileiro para avaliar a trajetória das contas públicas e, por definição metodológica, exclui o pagamento de juros da dívida. Já o resultado fiscal é frequentemente utilizado como expressão genérica para designar a situação das contas públicas, podendo variar conforme o contexto analítico utilizado por jornalistas, economistas e formuladores de política econômica.

Por sua vez, o resultado nominal incorpora também as despesas financeiras associadas ao pagamento de juros da dívida pública. Entre 2000 e 2025, o Brasil conviveu com a coexistência entre elevados superávits primários e déficits nominais persistentes, evidenciando que o custo financeiro da dívida pública desempenha papel central na dinâmica fiscal brasileira (vide Gráfico 1). Ainda assim, o debate econômico na mídia nacional permaneceu fortemente concentrado na dimensão primária do resultado fiscal.

**Em outras palavras, o resultado nominal representa o impacto efetivo total das contas públicas sobre o endividamento do Estado. Esse é precisamente o aspecto mais relevante da análise: o resultado nominal possui visibilidade significativamente inferior à do resultado primário, aparecendo, em média, apenas uma vez para cada quatro referências ao principal indicador fiscal utilizado no debate público.**

Nesse sentido, chama atenção a diferença de entre os conceitos no debate público. O resultado primário aparece cotidianamente em manchetes, relatórios e entrevistas, ao passo que o resultado nominal (justamente o indicador que explicita o peso dos juros) tende a ocupar posição significativamente menor no noticiário econômico nos jornais tradicionais.

A questão possui dimensão distributiva relevante, não é apenas a diferença técnica entre conceitos. Em um contexto no qual o Brasil destinou aproximadamente R\$ 1 trilhão ao pagamento de juros da dívida pública nos últimos doze meses, o emprego bastante inferior da expressão “resultado nominal” pode contribuir para reduzir a percepção social acerca da magnitude financeira associada ao serviço da dívida pública.

A defesa recorrente da austeridade fiscal costuma estar associada ao argumento de que melhores resultados primários tenderiam a reduzir estruturalmente o custo da dívida pública, permitindo, ao longo do tempo, taxas de juros menores e maior estabilidade macroeconômica. Em tese, a disciplina fiscal produziria maior confiança dos agentes econômicos, redução da percepção de risco e conseqüente diminuição do custo financeiro do Estado.

Mas, a realidade não tem sido essa. Ao longo de diferentes períodos, altivos esforços fiscais coexistiram com taxas de juros persistentemente altas, portanto déficits nominais acentuados.

Os resultados exploratórios apresentados neste trabalho indicam que a melhora dos indicadores primários, embora relevante, não se converte automaticamente em redução estrutural dos juros, apontando para a influência de fatores adicionais na dinâmica do custo financeiro da dívida pública.

## RESULTADO NOMINAL ≠ RESULTADO PRIMÁRIO

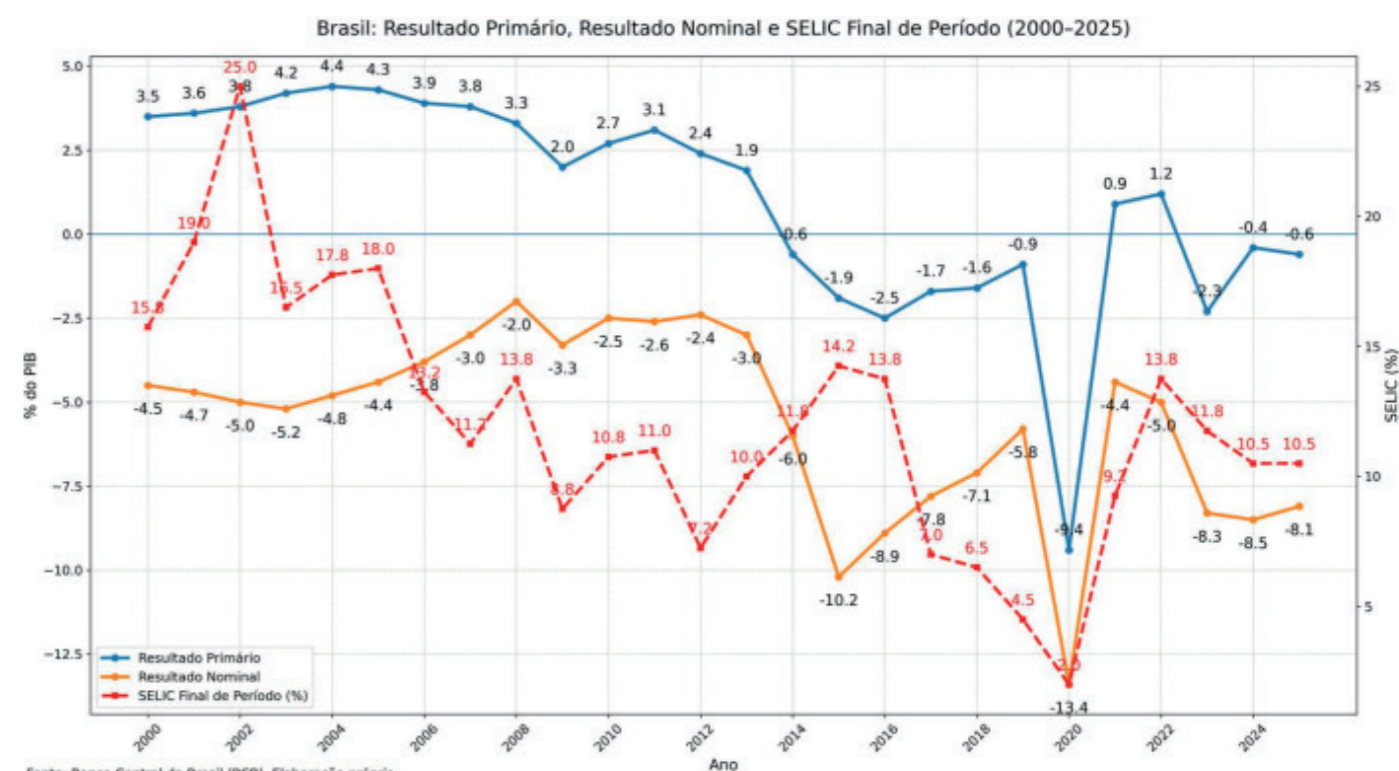
Essa diferença é central. Enquanto o resultado primário enfatiza a capacidade de contenção das despesas públicas não financeiras, o resultado nominal evidencia o custo estrutural do próprio sistema de financiamento estatal.

Tabela 1 - Comparativo do Conceitos Fiscais Selecionados

Conceito	O que mede	Inclui juros?	no debate público
Resultado Primário	Receitas menos despesas antes dos juros	Não	Extremamente alta
Resultado Fiscal	Expressão genérica sobre a situação das contas públicas	Depende do contexto	Muito alta
Resultado Nominal	Resultado total incluindo juros da dívida	Sim	Relativamente baixa

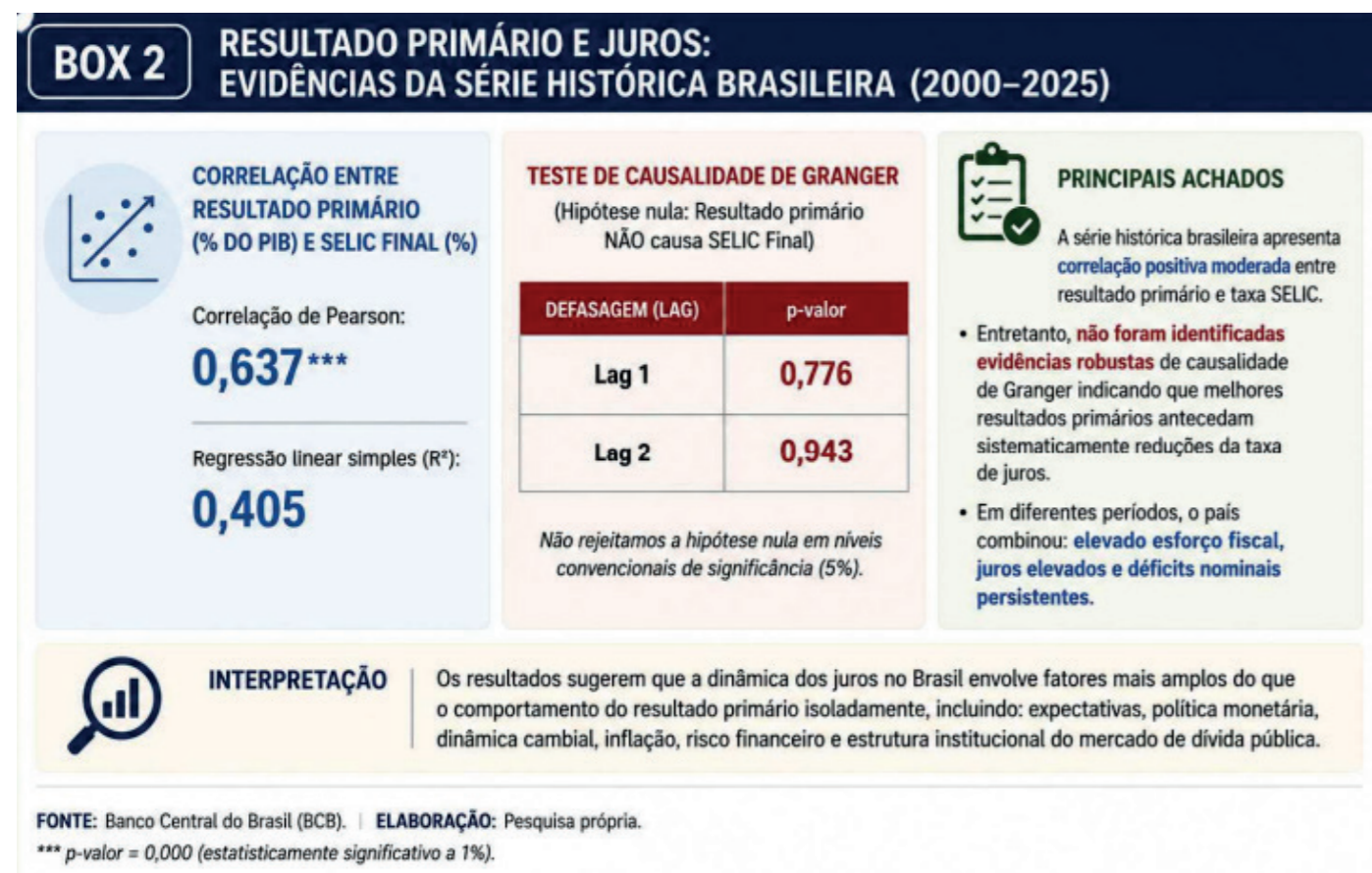
Nota: Elaboração própria.

Gráfico 1 - Comparativo: Resultado Primário e Nominal e a Taxa Selic Final de Período (% Ano).



O gráfico demonstra que, mesmo em períodos de forte geração de superávit primário, o setor público brasileiro frequentemente permaneceu deficitário em termos nominais, sobretudo em razão do elevado custo financeiro da dívida pública e da persistência de taxas de juros elevadas. Mas, pode-se ainda afirmar que há uma forte correlação e até mesmo causalidade entre as variáveis. Será?

A experiência brasileira entre 2000 e 2025 sugere que a melhora do resultado primário, embora relevante sob diversos aspectos, não se mostrou suficiente, por si só, para produzir redução estrutural significativa do custo financeiro do Estado. Em diferentes momentos históricos, novas exigências passaram a ser formuladas em nome da credibilidade fiscal, ampliando continuamente os parâmetros considerados necessários para a estabilização das expectativas econômicas.



Evidentemente, os resultados anteriores (Box 2) não implicam irrelevância da política fiscal ou dos resultados primários para a dinâmica macroeconômica<sup>2</sup>. O ponto central reside no fato de que a relação frequentemente apresentada no ambiente informacional entre austeridade fiscal e redução estrutural dos juros não se revela automática nem linear na experiência histórica brasileira recente. Ainda assim, a cobertura midiática econômica cotidiana tende a apresentar o ajuste fiscal como condição quase que suficiente para a estabilização financeira e monetária do País, frequentemente relegando a segundo plano outras variáveis relevantes para a compreensão da dinâmica macroeconômica nacional.

Tabela 2 - Gastos Públicos Federais Aproximados

Item	Valor aproximado (R\$ trilhão)
Juros da dívida pública (12 meses)	~1,0
Saúde	~0,23
Educação	~0,18
Segurança pública e defesa	~0,13

*Nota: Valores aproximados com base em dados do Tesouro Nacional, Banco Central e Orçamento Geral da União.*

A baixa prioridade discursiva do resultado nominal também tende a reduzir a inteligibilidade pública sobre os efeitos distributivos dos juros elevados. Em termos comparativos, o montante destinado ao pagamento de juros supera amplamente diversas áreas centrais da política pública brasileira. Cotejando os gastos com juros da dívida pública, que concentra renda num país que já é dos mais desiguais do mundo, a cada R\$ 100,00 pagos aos detentores de títulos da dívida pública, o Estado brasileiro gasta R\$ 23,00 com saúde, R\$ 18,00 com educação e R\$ 13,00 com segurança pública e defesa.

Não se trata de afirmar que despesas com juros e gastos sociais sejam diretamente substituíveis ou que a dívida pública não possua relevância macroeconômica.

**O ponto central reside no fato de que a reduzida visibilidade do termo resultado nominal tende a limitar a discussão econômica nacional acerca do peso estrutural da remuneração financeira da dívida pública e de seus efeitos distributivos sobre a economia nacional.**

<sup>2</sup> As análises quantitativas apresentadas possuem caráter exploratório e utilizam instrumentos básicos de econometria aplicada e séries temporais, como correlação linear, regressões simples e testes de causalidade temporal, conforme procedimentos amplamente difundidos na literatura econométrica contemporânea (GUJARATI; PORTER, 2011; WOOLDRIDGE, 2016; GRANGER, 1969).

**Não se defende qualquer ruptura metodológica ou alteração arbitrária dos conceitos fiscais consolidados, mas apenas maior transparência, proporcionalidade analítica e honestidade intelectual na exposição dos distintos componentes das contas públicas.**

Na Figura 1, é possível observar, de forma exemplificativa, a significativa similaridade de enquadramento entre os principais jornais analisados e, simultaneamente, a diferença de abordagem apresentada pela revista CartaCapital no tratamento das questões fiscais. Em outras palavras, a hipótese levantada, de que há um viés fiscalista, ganha robustez diante da frequência e da forma.

Figura 1 - Exemplos de Enquadramento da Questão Fiscal por Veículo (2025)

VEÍCULO	EXEMPLO DE MATÉRIA (2025)	ENQUADRAMENTO PREDOMINANTE	FOCO PRINCIPAL
<b>ESTADÃO</b>	<p><b>"Contas públicas: ajuste fiscal terá de mexer com interesses e rever benefícios"</b></p> <p><a href="https://www.estadao.com.br/economia/contas-publicas-ajuste-fiscal-tera-de-mexer-com-interesses-e-rever-beneficios/">https://www.estadao.com.br/economia/contas-publicas-ajuste-fiscal-tera-de-mexer-com-interesses-e-rever-beneficios/</a> 27/04/2025</p>	<p><b>FISCALISTA / AJUSTE FISCAL</b></p> <p>Ajuste fiscal, Meta de resultado primário, Contenção de gastos, Trajetória da dívida</p>	<p><b>RESULTADO PRIMÁRIO E EQUILÍBRIO FISCAL</b></p> <p>Ênfase na necessidade de superávits primários para controlar a dívida.</p>
<b>O GLOBO</b>	<p><b>"Dívida pública vai a 80,1% do PIB, maior patamar desde a pandemia"</b></p> <p><a href="https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/04/16/divida-publica-vai-a-80-1-do-pib-maior-patamar-desde-a-pandemia.ghtml">https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/04/16/divida-publica-vai-a-80-1-do-pib-maior-patamar-desde-a-pandemia.ghtml</a> 16/04/2025</p>	<p><b>ALERTA / RISCO FISCAL</b></p> <p>Risco fiscal, Dívida pública crescente, Impacto no mercado, Juros em alta</p>	<p><b>SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA</b></p> <p>Enfoque no aumento da dívida e nos impactos sobre o mercado e juros.</p>
<b>Valor</b>	<p><b>"Governo central tem déficit primário de R\$ 73,8 bilhões em março"</b></p> <p><a href="https://valor.globo.com/brasil/noticia/2025/04/30/governo-central-tem-deficit-primario-de-r-73-8-bilhoes-em-marco.ghtml">https://valor.globo.com/brasil/noticia/2025/04/30/governo-central-tem-deficit-primario-de-r-73-8-bilhoes-em-marco.ghtml</a> 30/04/2025</p>	<p><b>DESEMPENHO FISCAL (FOCO NO PRIMÁRIO)</b></p> <p>Déficit primário, Governo central, Números e metas, Monitoramento fiscal</p>	<p><b>RESULTADO PRIMÁRIO</b></p> <p>Destaque para o desempenho do resultado primário e cumprimento de metas.</p>
<b>FOLHA DE S. PAULO</b>	<p><b>"Governo registra pior déficit primário para março em quase 30 anos"</b></p> <p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/04/governo-registra-pior-deficit-primario-para-marco-em-quase-30-anos.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/04/governo-registra-pior-deficit-primario-para-marco-em-quase-30-anos.shtml</a> 30/04/2025</p>	<p><b>NEGATIVO / CRISE FISCAL</b></p> <p>Pior déficit em décadas, Conotação negativa, Preocupação fiscal, Pressão sobre o governo</p>	<p><b>DÉFICIT PRIMÁRIO E CRISE FISCAL</b></p> <p>Enfoque negativo, destacando recorde histórico de déficit e pressão sobre o governo.</p>
<b>CartaCapital</b>	<p><b>"Contas públicas têm superávit de R\$ 104 bilhões em janeiro"</b></p> <p><a href="https://www.cartacapital.com.br/economia/contas-publicas-tem-superavit-de-r-104-bilhoes-em-janeiro/">https://www.cartacapital.com.br/economia/contas-publicas-tem-superavit-de-r-104-bilhoes-em-janeiro/</a> 14/03/2025</p>	<p><b>FINANCEIRO / JUROS / RESULTADO NOMINAL</b></p> <p>Juros da dívida, Custo financeiro, Impacto distributivo, Resultado nominal</p>	<p><b>RESULTADO NOMINAL E CUSTO DOS JUROS</b></p> <p>Único veículo que dá maior centralidade ao impacto dos juros e ao resultado nominal.</p>

**LEGENDA DOS ENQUADRAMENTOS**  
■ Fiscalista / ajuste    ■ Alerta / risco    ■ Desempenho fiscal    ■ Negativo / crise    ■ Financeiro / distributivo

Fonte: Elaboração própria.

Todas as matérias destacadas referem-se ao ano de 2025 e foram selecionadas por sua aderência ao padrão discursivo identificado ao longo da pesquisa. Enquanto os jornais tradicionais concentram sua cobertura em temas como déficit primário, ajuste fiscal, trajetória da dívida e necessidade de contenção de gastos, a revista semanal confere maior relevância atribuída ao resultado nominal, ao custo financeiro dos juros e aos efeitos distributivos associados à dívida pública.

O foco principal atribuído por cada veículo revela não apenas escolhas editoriais pontuais, mas também diferentes formas de enquadramento da realidade econômica. Não se trata apenas de exemplos isolados. A própria repetição sistemática lexical observada nas tabelas anteriores reforça a existência de padrões relativamente estáveis de hierarquização temática no jornalismo econômico brasileiro.

No Apêndice, é possível verificar o alcance aproximado e o perfil dos veículos analisados. Em relação aos jornais, o número de assinantes/circulação digital aproximada é, respectivamente (em milhares) de 813, 390, 360 e algo em torno de 130, respectivamente. No que se refere à revista, não há informações confiáveis disponíveis sobre o número de assinantes.

Contudo, não é somente o alcance que se deve considerar, mas também a influência em determinados meios decisórios. Formuladores de políticas públicas também podem ser induzidos; e são. Ninguém está imune à heurística da disponibilidade, que se retroalimenta e se reproduz. Assim, embora possua circulação inferior à dos grandes jornais generalistas (Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo), o Valor Econômico, com edições de segunda à sexta, ocupa posição central no ecossistema informacional das elites econômicas brasileiras, exercendo influência desproporcional sobre agentes financeiros, formuladores de política econômica, executivos e analistas de mercado.

Sob essa perspectiva, a relevância sociológica de um veículo não decorre apenas de sua audiência absoluta, mas também da posição estratégica ocupada no interior do campo econômico e financeiro. Feitas as observações acerca do alcance dos veículos de mídia analisados e do problema investigado (a elevada frequência de publicação do termo "resultado primário" em detrimento de outro potencialmente mais relevante, o "resultado nominal"), cumpre quantificar essa discrepância. Considerando que a comparação envolve jornais diários e uma revista semanal de perfil mais analítico, torna-se importante explicitar a metodologia empregada, especialmente para evitar interpretações distorcidas decorrentes das diferentes periodicidades e linhas editoriais dos veículos analisados.

**A perspectiva aqui adotada está menos relacionada à construção de uma taxonomia rígida da cobertura econômica e mais à compreensão das formas pelas quais determinados temas fiscais são enquadrados, hierarquizados e reiterados no debate público. cumpre quantificar essa discrepância. Considerando que a comparação envolve jornais diários e uma revista semanal de perfil mais analítico, torna-se importante explicitar a metodologia empregada, especialmente para evitar interpretações distorcidas decorrentes das diferentes periodicidades e linhas editoriais dos veículos analisados. A perspectiva aqui adotada está menos relacionada à construção de uma taxonomia rígida da cobertura econômica e mais à compreensão das formas pelas quais determinados temas fiscais são enquadrados, hierarquizados e reiterados no debate público.**

Tabela 3 – Cobertura Midiática dos Resultados Fiscais em 2025<sup>3</sup>

Jornal	Resultado Primário	Base 100	Resultado Fiscal	Base 100	Resultado Nominal	Base 100
Valor Econômico	~1.250	100	~950	76	~320	26
Folha de S.Paulo	~760	100	~520	68	~180	24
Estadão	~920	100	~680	74	~240	26
O Globo	~870	100	~640	74	~215	25
CartaCapital	~160	100	~120	75	~85	53

Nota: Elaboração Própria.

Cabe observar o padrão de repetição, a partir da base 100. O resultado nominal pareceu um pouco mais de duas vezes na revista do que nos jornais, tanto em 2025, quanto em 2026.

Embora os números das tabelas 3 e 4 constituam aproximações baseadas em buscas abertas e padrões de indexação, eles são indicativos do protagonismo do discurso fiscal no noticiário econômico. Os resultados sugerem padrão relativamente consistente de hierarquização temática. Isto é, a mídia tradicional dá o tom do que é, ou não, importante em termos econômicos, também na questão fiscal. Num exercício de comparação, no ano de 2025 a expressão “resultado primário” foi veiculada cerca de 1.250 vezes no Valor Econômico, enquanto o “resultado fiscal” foi citado 950 vezes, em contraste com as 320 oportunidades em que o resultado nominal foi destacado.

Assim, tomando como base 100, todas as vezes em que o primário apareceu, 76 vezes o fiscal foi mencionado, mas apenas 26 vezes houve a referência ao nominal. Diferentemente, na CartaCapital, tendo a mesma base 100, o nominal foi mencionado 53 vezes; mais do que o dobro de todos os outros veículos analisados. O mesmo raciocínio vale para o ano de 2026.

**Resumidamente, tomando-se como base 100 a recorrência da expressão “resultado primário”, observa-se que o “resultado nominal” aparece com frequência entre 25% e 26%, nos quatro dos principais jornais brasileiros. Trata-se, esse último, justamente do indicador que incorpora o custo dos juros da dívida pública, sugerindo uma assimetria relevante na visibilidade pública dos diferentes componentes das contas públicas. O aspecto, talvez mais relevante, é a estabilidade relativa entre os veículos. Mesmo com diferenças editoriais e distintas linhas de cobertura econômica, os quatro jornais apresentam padrões bastante semelhantes de hierarquização lexical.**

<sup>3</sup> Nota metodológica: as estimativas de recorrência lexical apresentadas neste TD foram obtidas a partir de inferências realizadas com apoio de ferramentas de inteligência artificial, com base em padrões de indexação pública, buscas abertas, densidade temática e frequência relativa de termos no ambiente digital dos veículos analisados. Os números não constituem levantamento auditado em bases proprietárias ou fechadas, devendo ser compreendidos como aproximações analíticas destinadas à observação de tendências discursivas e padrões de saliência temática de parte do jornalismo econômico brasileiro. Os resultados, portanto, não devem ser interpretados como mensuração censitária exata da cobertura jornalística, mas como aproximações analíticas voltadas à identificação de padrões discursivos relativamente estáveis

Tabela 4 – Cobertura Midiática dos Resultados Fiscais em 2026 (Jan-Maio).

Jornal	Resultado Primário	Base 100	Resultado Fiscal	Base 100	Resultado Nominal	Base 100
Valor Econômico	~560	100	~420	75	~140	25
Folha de S.Paulo	~340	100	~240	71	~90	26
Estadão	~430	100	~300	70	~110	26
O Globo	~390	100	~285	73	~95	24
CartaCapital	~70	100	~55	79	~38	54

Nota: Elaboração Própria. Levantamento realizado em 8 de maio de 2026.

O “resultado fiscal” aparece entre aproximadamente 68% e 76% da frequência do “resultado primário”, enquanto o “resultado nominal” permanece sistematicamente próximo de apenas um quarto da repetição do principal indicador fiscal utilizado no ecossistema informacional. A exceção que confirma a regra é a revista que, para cada duas citações do resultado primário, faz uma em relação ao nominal.

A relativa baixa saliência do resultado nominal pode contribuir para reduzir a inteligibilidade social acerca do peso distributivo dos juros elevados sobre o orçamento público brasileiro. Em consequência, forma-se ambiente discursivo no qual o controle das despesas primárias aparece como principal problema econômico nacional, enquanto os efeitos financeiros e distributivos do serviço da dívida permanecem relativamente menos visíveis para a sociedade.

Neste contexto, juros elevados deixam de aparecer como opção de política econômica sujeita a controvérsia democrática e passam a ser percebidos como consequência técnica natural do desequilíbrio fiscal. A insistência discursiva massiva de expressões associadas ao risco fiscal contribui para consolidar cognitivamente essa percepção de inevitabilidade. A homogeneidade discursiva entre os grandes veículos sugere que o fiscalismo contemporâneo não decorre apenas de escolhas editoriais isoladas, mas também da própria estrutura de legitimidade do debate macroeconômico brasileiro.

O jornalismo econômico não atua apenas como observador neutro da realidade. Ao selecionar temas, reiterar categorias e hierarquizar problemas, participa também da construção do poder simbólico de determinados agentes econômicos, especialmente daqueles vinculados ao sistema financeiro e à remuneração da dívida pública. Nesse processo, o léxico fiscal dominante tende a ampliar cognitivamente a predominância do problema fiscal, reduzindo o espaço discursivo destinado a alternativas relacionadas ao desenvolvimento econômico e social.

Tal dinâmica possui implicações relevantes inclusive sob a perspectiva dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, previstos no art. 3º da Constituição Federal de 1988, entre os quais se destacam a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do desenvolvimento nacional. Quando determinadas interpretações econômicas passam a ocupar posição quase exclusiva na esfera pública, temas associados à transformação produtiva, ao investimento, à inclusão social e à mitigação das desigualdades tendem a perder importância na esfera pública e no próprio imaginário econômico nacional.

# Considerações

O presente TD buscou demonstrar que o fiscalismo contemporâneo, tal como se manifesta no Brasil, ultrapassa a dimensão estritamente técnica e passa a operar também como construção cognitiva, simbólica e institucional. Não se pretende aqui oferecer conclusões definitivas ou negar a relevância da estabilidade macroeconômica, mas problematizar a forma pela qual determinados conceitos fiscais passaram a ocupar posição predominante na cobertura econômica brasileira.

A frequência sistemática de expressões associadas ao risco fiscal contribui para ampliar a presença das variáveis fiscais no espaço público nacional, reforçando percepções de necessidade permanente de austeridade e deslocando para segundo plano os efeitos distributivos associados à dinâmica dos juros estruturalmente elevados. Ao mesmo tempo, a baixa visibilidade relativa do resultado nominal, justamente o indicador que incorpora o custo financeiro da dívida pública, tende a reduzir a percepção social acerca do peso exercido pela remuneração financeira sobre o orçamento estatal e sobre a própria dinâmica da economia brasileira.

O debate econômico também envolve disputas simbólicas acerca da definição dos problemas considerados prioritários para a sociedade. A seleção dos temas enfatizados, a frequência com que determinadas categorias aparecem no noticiário e a própria organização narrativa da cobertura econômica influenciam percepções coletivas, expectativas e os limites imaginados para a atuação do Estado.

Além da análise discursiva e lexical, o TD também incorporou evidências empíricas exploratórias relativas à dinâmica fiscal brasileira entre 2000 e 2025, buscando cotejar o protagonismo conferido ao resultado primário na cobertura midiática com a evolução histórica do resultado nominal e da taxa básica de juros da economia brasileira. A pesquisa combinou análise qualitativa de enquadramento midiático, uso recorrente do léxico fiscalista e evidências quantitativas exploratórias, articulando contribuições da economia política, da sociologia da mídia e da econometria aplicada.

A linguagem econômica contemporânea frequentemente transforma conceitos técnicos em barreiras simbólicas de acesso à compreensão pública da própria economia. Nesse contexto, ampliar a diversidade interpretativa das questões fiscais também significa democratizar a comunicação econômica e aproximar a sociedade das escolhas distributivas envolvidas na política macroeconômica brasileira (FURNO; ROSSI, 2024).

As evidências quantitativas e qualitativas apresentadas ao longo deste TD sugerem relativa convergência entre os principais veículos analisados, especialmente no destaque conferido ao resultado primário, ao ajuste fiscal e à trajetória da dívida pública. Em contrapartida, variáveis relacionadas ao resultado nominal, ao custo distributivo dos juros e à remuneração financeira da dívida tendem a ocupar espaço proporcionalmente menor na cobertura econômica cotidiana.

Os resultados exploratórios também indicam que a relação frequentemente difundida entre disciplina fiscal primária e redução estrutural dos juros não se manifesta de maneira automática ou linear na experiência brasileira recente. A coexistência histórica entre elevados superávits primários, juros persistentemente elevados e déficits nominais relevantes revela dinâmica macroeconômica mais complexa do que aquela usualmente apresentada no ambiente informacional especializado. Nesse contexto, fortalecer espaços institucionais de reflexão econômica interdisciplinar, tecnicamente qualificada e aberta ao contraditório torna-se elemento estratégico para o aprofundamento democrático da discussão econômica nacional. Mais do que simples divergências semânticas, as disputas em torno do fiscalismo contemporâneo envolvem diferentes concepções sobre desenvolvimento, investimento, desigualdade, política econômica e o próprio papel do Estado.

Quando determinadas interpretações econômicas passam a ocupar posição predominante no espaço público, outras perspectivas relacionadas à transformação produtiva, à inclusão social, à inovação, à produtividade e à redução das desigualdades tendem a perder visibilidade no imaginário econômico nacional. A qualidade do debate econômico influencia não apenas a compreensão das contas públicas, mas também os horizontes imaginados para o desenvolvimento brasileiro.

Nessa perspectiva, o CORECON-SP, por meio da diversidade de economistas que compõem seus quadros, desde seu plenário até os quase 15 mil profissionais registrados, reafirma seu compromisso institucional com a ampliação do debate econômico qualificado no Brasil.

**Em democracias complexas, a pluralidade econômica não representa obstáculo à estabilidade institucional, mas condição necessária para que a sociedade compreenda, critique e participe conscientemente das escolhas que moldam seu próprio desenvolvimento.**

A entidade permanece à disposição da sociedade, da imprensa, da academia, do terceiro setor, das empresas e das instituições públicas e privadas para contribuir tecnicamente com os distintos desafios da economia nacional e internacional, indicando interlocutores especializados em diferentes áreas do conhecimento econômico, com conhecimento aprofundado e experiência profissional consolidada.

Trata-se de uma das funções centrais de uma instituição historicamente comprometida não apenas com a fiscalização e a valorização profissional dos economistas, mas também com a promoção do amplo e democrático debate sobre os destinos e o exercício da autodeterminação do Brasil, de maneira técnica e socialmente responsável.

# Referências

ARONSON, Elliot. O Animal Social. São Paulo: Goya, 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). Estatísticas fiscais. Brasília: Banco Central do Brasil, 2026. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasfiscais>. Acesso em: 27 maio 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). Sistema Gerenciador de Séries Temporais – SGS. Brasília: Banco Central do Brasil, 2026. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/>. Acesso em: 27 maio 2026.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Sobre a Televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CARTACAPITAL. Contas públicas têm superávit de R\$ 104 bilhões em janeiro. São Paulo, 14 mar. 2025. Disponível em: [https://www.cartacapital.com.br/economia/contas\\_publicas-tem-superavit-de-r-104-bilhoes-em-janeiro/](https://www.cartacapital.com.br/economia/contas_publicas-tem-superavit-de-r-104-bilhoes-em-janeiro/). Acesso em: 11 maio 2026.

DA EMPOLI, Giuliano. Os engenheiros do caos. São Paulo: Vestígio, 2020.

ESTADÃO. Contas públicas: ajuste fiscal terá de mexer com interesses e rever benefícios. São Paulo, 27 abr. 2025. Disponível em: <https://tendencias.com.br/contas-publicas-ajuste-fiscal-tera-de-mexer-com-interesses-e-rever-beneficios-estadao/>. Acesso em: 11 maio 2026.

FOLHA DE S.PAULO. Governo registra pior déficit primário para março em quase 30 anos. São Paulo, abr. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/04/governo-registra-pior-deficit-primario-para-marco-em-quase-30-anos.shtml>. Acesso em: 11 maio 2026.

FONSECA, Francisco. Consenso Forjado. São Paulo: Hucitec, 2005.

FURNO, Juliane; ROSSI, Pedro. Economia para transformação social: pequeno manual para mudar o mundo. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

GRANGER, Clive W. J. Investigating causal relations by econometric models and cross spectral methods. *Econometrica*, v. 37, n. 3, p. 424-438, 1969.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. *Econometria básica*. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media*. New York: Pantheon Books, 1988.

KAHNEMAN, Daniel. *Rápido e Devagar: Duas Formas de Pensar*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

KELTON, Stephanie. *O mito do déficit: a teoria monetária moderna e o nascimento da economia do povo*. São Paulo: Alta Books, 2021.

LACERDA, Antonio Corrêa de. *O Mito da Austeridade*. São Paulo: Contracorrente, 2024.

MATTEI, Clara E. *A Ordem do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2023.

MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. The Agenda-Setting Function of Mass Media. *Public Opinion Quarterly*, 1972.

O GLOBO. Dívida pública vai a 80,1% do PIB, maior patamar desde a pandemia. Rio de Janeiro, 16 abr. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/04/16/divida-publica-vai-a-801-do-pib-maior-patamar-desde-a-pandemia.ghtml>. Acesso em: 11 maio 2026.

RESENDE, André Lara. *Camisa de força ideológica: a crise da macroeconomia*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2024.

RESENDE, André Lara. *Moeda, juros e ortodoxia: ensaios de teoria monetária e macroeconomia*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2025.

VALOR ECONÔMICO. Governo central tem déficit primário de R\$ 73,8 bilhões em março. São Paulo, 30 abr. 2025. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2025/04/30/governo-central-tem-deficitprimario-de-r-738-bilhoes-em-marco.ghtml>. Acesso em: 11 maio 2026.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. *Introdução à econometria: uma abordagem moderna*. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

## Apêndice

Quadro 1 – Alcance Aproximado e Perfil dos Veículos Analisados

Veículo	Assinantes/circulação digital aproximada	Perfil predominante	Potencial de influência no debate econômico
Folha de S.Paulo	~813 mil	Jornal generalista nacional	Elevado impacto sobre opinião pública, elites políticas e formadores de opinião
Estadão	~390 mil	Jornal generalista com forte cobertura econômica	Forte influência junto ao setor empresarial e agentes de mercado
O Globo	~360 mil	Jornal generalista de grande circulação	Elevada capacidade de pautar o debate nacional e político
Valor Econômico	~128-140 mil	Jornal especializado em economia e finanças	Influência desproporcional sobre mercado financeiro, Banco Central, economistas e formuladores de política econômica
CartaCapital	Não divulgado publicamente	Revista semanal de perfil político-econômico heterodoxo	Influência relevante em nichos acadêmicos, intelectuais e críticos da austeridade





# NEEC

NÚCLEO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS  
CORECON-SP